



Ressocialização e Adesão ao Cuidado em Doenças Crônicas: A Invisibilidade no Acompanhamento de Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

SILVA, Kamilly¹;
CHAGAS, Brenda²
MICHALSKI, Maria³

RESUMO EXPANDIDO TRABALHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Grupo Temático: 9 – Economia Solidária, Saúde Mental, Inclusão Produtiva e Reintegração Socioeconômica

Resumo

Este trabalho analisa os desafios enfrentados por mulheres egressas do sistema prisional na adesão ao tratamento de doenças crônicas, com foco na ausência de acompanhamento farmacoterapêutico e na fragilidade das redes de cuidado pós-encarceramento. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão narrativa da literatura, com busca em bases científicas nacionais e internacionais. Os resultados apontam para a falta de continuidade do cuidado em saúde, especialmente no que tange a doenças crônicas e transtornos mentais. Destaca-se o potencial da economia solidária, a partir da experiência do Projeto MEL (ITCP/UFPR), como estratégia de inclusão produtiva e fortalecimento do senso de autonomia. Conclui-se que ações intersetoriais e sustentadas são fundamentais para garantir a reintegração social e a adesão terapêutica dessas mulheres em situação de vulnerabilidade e desvantagem social.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; farmacoterapia; sistema prisional; autonomia; cuidados em saúde.

Introdução

A realidade vivida por mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional brasileiro é marcada por profundas vulnerabilidades sociais, econômicas e de saúde. Entre os principais desafios enfrentados por esse grupo, destacam-se o adoecimento

¹ UFPR, Kamilly Benvindo Fernandes Silva, kamillybenvindo@ufpr.br

² UFPR, Brenda Elíssa Chagas, brendaelissa@ufpr.br

³ UFPR, Maria Rita Taques Michalski, mariarita@ufpr.br



crônico, o estigma social, a exclusão do mercado de trabalho, a ausência de apoio psicossocial e a dificuldade de acesso e continuidade ao cuidado em saúde. Após o cumprimento da pena, essas mulheres encontram barreiras estruturais que comprometem a adesão a tratamentos, agravando condições físicas e mentais preexistentes. Este trabalho nasce da experiência das autoras como participantes do projeto Mulheres Empreendedoras Líderes (MEL), vinculado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFPR), que atua junto a mulheres em situação de vulnerabilidade social e egressas do sistema prisional na cidade de Curitiba (PR) e região metropolitana. A pesquisa foi construída por meio da participação em encontros formativos, oficinas e rodas de conversa com mulheres que compartilham trajetórias marcadas por exclusão, encarceramento, adoecimento e tentativas de reinserção social e uma revisão narrativa da literatura científica nacional e internacional sobre o tema. O objetivo deste estudo é analisar os principais obstáculos enfrentados por mulheres privadas de liberdade e egressas na adesão ao tratamento de doenças crônicas, com foco na ausência de acompanhamento farmacoterapêutico, e refletir sobre o papel da economia solidária como estratégia intersetorial de promoção de saúde, inclusão produtiva e reintegração socioeconômica. Argumenta-se que práticas baseadas na autogestão, cooperação e construção coletiva não apenas geram alternativas de renda, mas também fortalecem o senso de pertencimento, a autonomia e o engajamento no autocuidado, aspectos fundamentais diante da fragmentação institucional e das condições de vulnerabilidade que atravessam a vida dessas mulheres.

Metodologia

O presente estudo foi realizado no contexto do projeto Mulheres Empreendedoras Líderes (MEL), vinculado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR), que atua com mulheres em situação de vulnerabilidade social e egressas do sistema prisional nos municípios de Curitiba e Região Metropolitana. A pesquisa se caracterizou como uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de descrever o estado da arte sobre a adesão ao tratamento de doenças crônicas por mulheres privadas de liberdade e egressas, com foco na ausência de acompanhamento farmacoterapêutico. Esse tipo de revisão permite uma análise teórica e contextual da temática, sendo apropriada para trabalhos que buscam compreender fenômenos complexos e pouco explorados em bases de dados, conforme defendem Botelho, Cunha e Macedo (2011). A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Utilizou-se como estratégia de busca a expressão em inglês Female Inmates and Chronic Illness, considerando a predominância de publicações nacionais sobre o tema. Foram incluídos artigos publicados nos últimos quatorze anos (2011–2025), totalizando nove resultados, dos quais cinco foram selecionados para análise. A revisão foi complementada pela observação participante e pelo relato de experiências vivenciadas pelas autoras nos espaços formativos do projeto MEL, compondo um olhar sensível à realidade concreta das mulheres atendidas pela iniciativa. Todos os dados foram organizados e analisados de forma descritiva e interpretativa, com foco nas contribuições



para os eixos da economia solidária, saúde mental, inclusão produtiva e reintegração socioeconômica.

Título	Autores	Ano	País
Health care for women deprived of their liberty in a prison in Rio Grande do Norte, Brazil	Fernanda Thayná Cruz da Costa; Renata Rosmeia Braga Aureliano; Pétala Tuani Cândido de Oliveira Salvador; Glauber Weder dos Santos Silva; Lannuzya Veríssimo e Oliveira.	2024	Brasil
Access to health care among female prisoners in a penitentiary in Ceará, Brazil	Isabella Lima Barbosa Campelo; Antônio Diego Costa Bezerra; José Maria Ximenes Guimarães; Ana Patrícia Pereira Moraes; Grayce Alencar Albuquerque; Regina Glaucia Lucena Aguiar Ferreira; Anya Pimentel Gomes Fernandes.	2023	Brasil
Fatores de risco que influenciam os hábitos alimentares de reeducandas com sobrepeso e obesidade	Hattori, Thalise Yuri; Silva, Edilaene de Oliveira; Nascimento, Vagner Ferreira do; Atanaka, Marina; Terças.	2020	Brasil



Doença crônica e saúde das pessoas privadas de liberdade à luz da teoria salutogênica: estudo de métodos mistos	Costa; Marta Cossetin.	2023	Brasil
Evaluation of psychopathology in adult victims of political imprisonment and torture during their adolescence and childhood	Jorquera, María José; Briones, Michelle; Valencia, César; Contreras, María Liliana.	2011	Chile

Resultados e Discussão

A análise dos artigos selecionados revelou um cenário recorrente de negligência no cuidado à saúde de mulheres privadas de liberdade, com destaque para a ausência de políticas públicas integradas e a fragilidade do acompanhamento farmacoterapêutico, especialmente no que se refere ao tratamento de doenças crônicas e transtornos mentais.

O estudo de Campelo et al. (2023), realizado no estado do Ceará, evidencia a precariedade da assistência à saúde no contexto prisional, apesar da existência de diretrizes como a Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade (PNAISP). Observou-se a limitação no acesso a exames, consultas especializadas e continuidade de tratamento, especialmente em casos de hipertensão, diabetes e sofrimento psíquico. O foco assistencial se concentra, muitas vezes, apenas em gestantes e puérperas, revelando a desatenção ao restante da população feminina encarcerada.

De forma complementar, Costa et al. (2024) investigaram a realidade de um presídio feminino no Rio Grande do Norte e identificaram a sobrecarga do sistema, a ausência de recursos humanos e a desarticulação entre os níveis de gestão como fatores que comprometem o acesso à saúde. A população analisada, majoritariamente composta por mulheres negras e de baixa escolaridade, apresentava altos índices de doenças ginecológicas, transtornos mentais e infecções sexualmente transmissíveis. O estudo reafirma a negligência com a saúde das internas, sobretudo diante da descontinuidade do cuidado e da não adesão municipal à PNAISP.

O estudo de Hattori et al. (2020) contribui ao destacar fatores de risco que influenciam diretamente os hábitos alimentares de mulheres privadas de liberdade, como baixa escolaridade, multiparidade, sedentarismo e uso de tabaco. Esses determinantes sociais da saúde se associam à alta prevalência de doenças crônicas como obesidade e hipertensão. A naturalização do adoecimento, aliada à ausência de educação em saúde



e de profissionais qualificados, compromete a adesão ao tratamento e perpetua o ciclo de vulnerabilidade.

A pesquisa conduzida por Costa (2023), à luz da Teoria Salutogênica, reforça a necessidade de estratégias que ampliem o senso de coerência das pessoas privadas de liberdade. Ainda que intervenções educativas promovam ganhos em literacia em saúde, o estudo mostra que o conhecimento, isoladamente, não garante adesão ao cuidado, especialmente quando há carência de suporte emocional e social. A presença de doenças crônicas como hipertensão, transtornos mentais e doenças respiratórias evidencia a necessidade de cuidados contínuos e interdisciplinares, articulados ao contexto social das internas.

Por fim, o estudo chileno de Jorquera et al. (2011) demonstra os efeitos duradouros da privação de liberdade sobre a saúde mental de mulheres expostas à violência. Mesmo após reparações psicossociais, o sofrimento psíquico persiste, revelando que ações isoladas não são suficientes para promover saúde e reintegração. Esse achado dialoga com a realidade brasileira, onde o abandono e a ausência de políticas estruturantes favorecem a cronificação do sofrimento e dificultam a reinserção.

Em síntese, os resultados apontam que o cuidado à saúde de mulheres privadas de liberdade e egressas é fragmentado, reativo e pouco humanizado, com lacunas severas no acompanhamento de doenças crônicas. A invisibilidade dessa população nos sistemas de saúde e justiça reforça a urgência de políticas públicas intersetoriais que articulem o cuidado clínico, o acompanhamento farmacoterapêutico e estratégias de inclusão produtiva, como as promovidas pela economia solidária, como caminho para reconstrução de vínculos, autonomia e cidadania.

Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a saúde das mulheres privadas de liberdade e egressas é atravessada por múltiplas formas de negligência, refletidas na ausência de políticas integradas de cuidado, na descontinuidade do acompanhamento farmacoterapêutico e na fragilidade das redes de apoio após o cumprimento da pena. O enfrentamento dessas vulnerabilidades exige uma abordagem intersetorial, que reconheça a saúde como fenômeno multidimensional e articule ações clínicas, psicossociais, comunitárias e educativas. Nesse sentido, a economia solidária se apresenta como uma estratégia promissora para a promoção da saúde e da reintegração socioeconômica. Ao valorizar a autogestão, a cooperação e a construção coletiva, ela fortalece a autonomia das mulheres, gera pertencimento social e contribui diretamente para a adesão a tratamentos de doenças crônicas. O projeto MEL, da ITCP/UFPR, ilustra como iniciativas baseadas nesse modelo podem integrar cuidado, formação e inclusão produtiva, com impacto positivo na saúde física, mental e social dessas mulheres. Conclui-se, portanto, que incorporar os princípios da economia solidária às políticas públicas de saúde e justiça representa não apenas uma alternativa econômica, mas uma resposta ética, política e transformadora às desigualdades que marcam a trajetória das mulheres egressas do sistema prisional. Reafirmar seus direitos como sujeitos de cuidado e transformação social é essencial para construir caminhos sustentáveis de reintegração e cidadania.



Referências

Botelho, L. L. R., Cunha, C. A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136.

COSTA, M. C. Doença crônica e saúde das pessoas privadas de liberdade à luz da teoria salutogênica: estudo de métodos mistos. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/87251>.

JORQUERA, M. J. et al. Evaluación de psicopatología en adultos víctimas de prisión política y tortura durante su infancia y adolescencia. *Revista Chilena de Salud Pública*, v. 15, n. 1, p. 7–14, 2011.

HATTORI, T. Y. et al. Risk factors influencing food habits of overweight and obese incarcerated women. *ABCS Health Sci.*, v. 45, e020020, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7322/abcshs.45.2020.1366>.

COSTA, Fernanda Thayná Cruz da; AURELIANO, Renata Romeika Braga; SALVADOR, Pétala Tuani Cândido de Oliveira; SILVA, Glauber Weder dos Santos; OLIVEIRA, Lannuzya Veríssimo e. A assistência em saúde de mulheres privadas de liberdade em um presídio do Rio Grande do Norte (Health care for women deprived of their liberty in a prison in Rio Grande do Norte, Brazil). *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 22, art. 17, nov. 2024. DOI: 10.1590/1981-7746-ojs2847

CAMPELO, Isabella Lima Barbosa; BEZERRA, Antônio Diego Costa; GUIMARÃES, José Maria Ximenes; MORÁIS, Ana Patrícia Pereira; ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; FERREIRA, Regina Glaucia Lucena Aguiar; FERNANDES VIEIRAMEYER, Anya Pimentel Gomes. Access to health care among female prisoners in a penitentiary in Ceará, Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, jun. 2024. DOI: 10.1590/141381232024296.09172023EN. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024296.09172023EN>. Acesso em: 5 ago. 2025.

Bergonsi, S. S.S., Lacerda, G. B. De. (Orgs.). (2007). *Cooperativismo, Economia Solidária E Inclusão Social: Métodos e Abordagens* (2ª edição). Curitiba: Editora UFPR.

MICHALSKI, Maria Rita Taques. Mulheres egressas do sistema prisional de Curitiba: um estudo sobre Rede de Apoio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: acervodigital.ufpr.br/handle/1884/81063. Acesso em: 5 ago. 2025